



GEO-HISTÓRIA DA INSERÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA- MUNDO. “CICLOS SISTÊMICOS”, “CAPITALISMO” E “TERRITORIALISMO” NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL: HIPÓTESES DE PESQUISA

Larissa Alves de Lira ¹

RESUMO

Este trabalho anuncia um projeto de pesquisa, procura discutir hipóteses e tem três objetivos essenciais: primeiramente, discutir aspectos teóricos da produção de Fernand Braudel e Giovanni Arrighi, procurando as vantagens heurísticas de relacioná-los com as dinâmicas dos espaços das periferias da economia-mundo capitalista. Seguindo a essa perspectiva, procura afinar a análise, com base nesse relacionamento, em torno do ganho de centralidade de três conceitos: capitalismo, territorialismo e ciclos sistêmicos de acumulação. Por fim, visa a discutir hipóteses sobre como aproximar esses conceitos com as dinâmicas e estruturas observadas na geo-história da periferia da economia-mundo, e em especial, do Brasil, revelando algumas hipóteses de aproximação. O diálogo com autores do pensamento social brasileiro é fundamental para atingir esses objetivos.

Palavras-chave: Economia-mundo, Capitalismo e territorialismo, Ciclos sistêmicos de acumulação, Periferia, Brasil.

ABSTRACT

This paper describes a research project, aiming to discuss hypotheses, and has three essential objectives. First, it seeks to discuss theoretical aspects of the production of Fernand Braudel and Giovanni Arrighi, looking for the heuristic advantages of relating them to the dynamics of the spaces of the peripheries of the world-economy. Following this perspective, it seeks to refine this relationship around the definition of three concepts: capitalism, territorialism, and systemic cycles of accumulation. Finally, it seeks to discuss hypotheses on how to approximate these concepts with the dynamics and structures observed in the geo-history of the periphery of the world-economy, and particularly Brazil. The dialogue with authors of Brazilian social thought is fundamental to achieve these objectives.

Keywords: Global economy, Capitalism and territorialism, Systemic cycles of accumulation, Periphery, Brazil.

¹ Doutora pela *Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) e pela Universidade de São Paulo (USP). Professora visitante na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2019-2021), lara.lira@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A publicação da obra *Civilização material, economia e capitalismo*, do historiador francês Fernand Braudel, em 1989, acrescenta mais uma dimensão às clássicas definições de capitalismo que convivem no debate acadêmico global. Braudel (1983, 1997 [1989]) dialoga principalmente com a visão de capitalismo de Karl Marx, criticando a compreensão de que o modo de produção (cuja concepção com foco na produção se dava em desfavor da circulação do sistema) seria regido por padrões universais e sem vinculação histórica e territorial clara. Assim, através de uma visão ampla e flexível sobre o comportamento histórico dos agentes associados ao capitalismo, o autor propõe pensar o capitalismo considerando a particularidade histórica de cada dimensão territorial, incluindo espaços cujo “modo de produção” não teria se desenvolvido segundo moldes clássicos. Essa abordagem permitiria ganhos analíticos, principalmente no que tange à compreensão do capitalismo nas periferias do globo. Veremos mais à frente que também a visão de Adam Smith foi alvo de crítica e diálogo por parte de Braudel.

A partir dessa proposta de reconstrução analítica, multiplicaram-se as definições globais de capitalismo, articulando os pontos de vista historicista, circulacional-sistêmico e territorial. Algumas contribuições posteriores a Braudel e que se mostraram essenciais podem ser apontadas, como as de Immanuel Wallerstein (2011) e de Giovanni Arrighi (1996, 2008). Mas, para pensar os espaços periféricos, restavam limitações. De um lado, em que pese os importantes ganhos teóricos dessa tradição, uma pesquisa empírica com o objetivo de compreender as economias periféricas através desse instrumental não encontrou eco entre os grandes pensadores dessa corrente. De outro, no Brasil, autores clássicos dessa vertente que estiveram nesse país, como Fernand Braudel, ou de textos clássicos sobre a formação econômica e política do Brasil, como Caio Prado Jr, mantiveram, ao longo de suas trajetórias intelectuais, uma longa troca frutífera de ideias, como demonstram os trabalhos clássicos e recentes, mas seus instrumentais teóricos não foram cuidadosamente aproximados.

Dessa forma, mesmo autores brasileiros de tradição histórica e sistêmica – sejam os marxistas, como Caio Prado Jr (1976 [1945]) e Ignácio Rangel (2012 [1954], 2012 [1955], 2012 [1957]), por exemplo, ou os estruturalistas, como Celso Furtado (1965) – desenvolveram visões sistêmicas do Brasil e sua vinculação com o global, anteriores e paralelamente às visões de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi,



mas não partilharam os mesmos conceitos. Esses autores brasileiros estavam impulsionados por um duplo polo de exigências heurísticas, que os aproximava da corrente impulsionada por Braudel. De um lado, almejavam explicar as mazelas sociais herdadas do período colonial no Brasil. De outro, eram tensionados geograficamente a ver a América Latina como associada às economias centrais. As dimensões sociais e sistêmicas caracterizavam a especificidade primária da América Latina.

Em trabalhos recentes, têm-se revelado a força heurística dos estudos do sistema-mundo para abordagens contemporâneas sobre a geo-história da globalização, ascensão chinesa, sua estrutura de hegemonia e dominação, além de diferentes inserções dos países na esfera global, vista como sob essa ótica. Apesar disso, análises clássicas sobre a colônia brasileira e sobre a formação moderna do Brasil, ou, em outros termos, de uma geo-história do país vista na longa duração, ainda não estão em diálogo estreito com a teoria do sistema-mundo, a despeito de um potencial latente. O mesmo possivelmente seja possível afirmar para perspectivas mais contemporâneas.

Apesar dessa ampla latência, os objetivos do presente trabalho, pelas circunstâncias em que foi elaborado, ou seja, com vista a apresentação no XIV Enanpege, são bastante circunscritos. Ademais, tendo em vista o enorme potencial de aplicação destas vastas teorias ao Brasil, consiste sobretudo em uma apresentação de algumas hipóteses de trabalho a serem validadas ou não em pesquisas futuras.

Primeiramente, procura discutir aspectos teóricos da aplicação da geo-história, em termos braudelianos e arrighinianos, no que tange a seu potencial de aplicação em países como o Brasil, tendo como foco uma análise das principais tríades conceituais e da estrutura estratigráfica do raciocínio quanto às visões de capitalismo. Do nosso ponto de vista, essa estrutura estratigráfica permite compreender a singularidade da periferia nesta tradição de pensamento sobre a natureza do capitalismo. Em segundo momento, busca afunilar em torno da definição de três conceitos segundo essas visões: ciclos sistêmicos de acumulação, capitalismo e territorialismo, agora sob o foco específico das definições de Giovanni Arrighi, entendido como um legítimo continuador das análises braudelianas com vistas a uma visão contemporânea de mercado e capitalismo. Por fim, finaliza-se com as possibilidades de utilização desse instrumental para aspectos da formação territorial brasileira, construindo a hipótese de que essas teorias, instrumental e conceitos, podem constituir importante aposta heurística para compreensão da história territorial, articulada ao presente desses territórios, segundo visões contemporâneas de capitalismo.



REFERENCIAL TEÓRICO

Tríades conceituais e estratigrafia

A visão geo-histórica de Fernand Braudel foi marcada por duas principais tríades conceituais e uma estratigrafia geográfica da economia. Do lado da dimensão temporal, Braudel dividiu sua compreensão do tempo histórico em três temporalidades: longa duração, conjunturas e acontecimentos (BRAUDEL, 1983). Do lado da dimensão espacial, o espaço da economia-mundo possuía uma arquitetura também em tríade: centro, semiperiferia e periferia (BRAUDEL, 1997 [1989]). Por sua vez, a economia era entendida através de um raciocínio estratigráfico ou hierárquico: a civilização material, zona da economia da rotina e do hábito, da produção econômica camponesa voltada à sobrevivência, rente ao solo; a economia de mercado, imediatamente superior, onde localizam-se as trocas, feiras e a dimensão inferior das cidades, ligeiramente mais virtualizada em relação ao território; e capitalismo, dimensão superestrutural dos monopólios, financeiro e flexível, considerado por Braudel uma superestrutura (BRAUDEL, 1997 [1989]). Ou seja, três camadas da economia.

O sistema-mundo² possuiria, para Braudel, assim, uma armadura espacial e temporal larga, cujas estruturas aram anteriores à economia-mundo capitalista e provavelmente posteriores a ela. Braudel vai afirmar categoricamente que Pequim imperial estava sujeita às mesmas regras tendenciais do espaço que Florença, Veneza ou Sevilha capitalistas no século XVI, mas que faltou a Pequim o desenvolvimento de uma burguesia “autônoma”.

Ademais, inspirado na geografia de Vidal de la Blache, a estrutura espacial mais elementar do sistema-mundo era compreendida por Braudel como uma acumulação hierárquica que partia da geografia física, associada a uma relação sistêmica, a relação entre centro e periferia. Ou seja, centros e periferias possuiriam histórias locais, hierarquicamente organizadas, mas cujos graus de “elevação” das suas formas

² Braudel prefere o termo “economia-mundo”. Permito-me aqui uma atualização, visto que a ideia de economia-mundo era uma economia territorial e regional. Apesar da manutenção do caráter territorial, a ideia de sistema-mundo foge do aspecto regional, sendo, portanto, mais contemporânea.



“superiores” (as palavras são topológicas propositalmente) encontrar-se-iam em graus de evolução diferentes. Por conta disso, o relacionamento sistêmico desses polos do sistema-mundo seria sempre desequilibrado. Desse desequilíbrio surgiriam fluxos, trocas, mas, sobretudo, processos de captura *por cima*. As formas “superiores”, topológica e hierarquicamente falando, relacionam-se de maneira sistêmica com formações “abaixo” delas, periféricas. Através de sua condição de superestrutura, e das suas formas de captura, por movimento sistêmicos e por institutos extraeconômicos, essas formas superiores instalam-se sempre por cima na periferia. Para explicar esse processo de captura superior a partir da estratografia econômica, Braudel utiliza a metáfora de como os artistas e artesãos conseguem transportar uma peça de mármore:

Tomemos um bloco de mármore, escolhido nas pedreiras de Carrara por Michelangelo ou por um dos seus contemporâneos: um gigante por seu peso, que, no entanto, será retirado por meios elementares, depois deslocado graças a forças certamente modestas: um pouco de pólvora há muito utilizada nas pedreiras e minas, duas ou três alavancas, uma dezena de homens (se tanto), cordas, animais atrelados, toras de madeira para uma rolagem eventual, um plano unificado- e está feito! Está feito porque o gigante está preso ao chão por seu peso; porque ele representa uma força enorme, mas móvel, neutralizada. E essa massa das atividades elementares não está encurralada, cativa, presa ao chão e, por isso, mais facilmente manobrável por cima? Os aparelhos e alavancas que permitem essas proezas são um pouco de dinheiro sonante, de metal branco que chega a Danzig ou a Messina, a oferta tentadora de um crédito, de um pouco de dinheiro ‘artificial’, das cadeias mercantis, os preços altos são incitações contínuas: um sinal e tudo se põe em movimento. (BRAUDEL, 1997 [1989], v.3, p. 34).

Assim, a arquitetura geográfica do sistema-mundo permite que as formas superiores capturem e mobilizem as outras partes “pesadas” do mundo por cima. As dimensões econômicas produtivas dessas sociedades, bem como todas as demais dimensões, são apenas fragilmente transformadas. O mais importante é capturar o resultado dessas construções sociais por uma camada superior, ou seja, tudo o que pode ser colocado no âmbito de um mercado mundial e que possa gerar lucros, independente das relações sociais que se estabelecem nas suas lógicas próprias. O próprio lucro, diria Braudel, não seria algo inerente ao capitalismo, mas a forma de capturá-lo. Mais do que um modo de produção, o capitalismo é uma forma superior (financeira e monopolista) de captura geográfica, favorecido pela arquitetura do sistema mundo.



Assim, a análise econômica do capitalismo para Braudel possui também uma estrutura estratigráfica. Na base, mais ligada à geografia física, à luta contra a natureza e aos gêneros de vida (conceito de Vidal de la Blache) (2011), uma vida material, sob os fluxos e influxos de uma vida biológica do homem, um Antigo Regime Biológico, que vigorou dominante até o século XVIII. Este Regime afetou fortemente a demografia, principal arma das sociedades contra essa natureza imponente. É uma zona de opacidade e de rotina, de luta pela sobrevivência, hábitos, técnicas elementares e poucos excedentes econômicos. Superior a esta vida material estariam os mercados. Um mercado rudimentar, abaixo, e um mercado mais sofisticado, acima, povoado por feiras, moedas que circulam em cidades e controlados pelos Estados e príncipes. Parasita, fugindo das regulações e acima desse mercado, ou desses, o capitalismo, apoiado em bolsas, no crédito e nos monopólios, esses sim verdadeiramente globais, atuando sobre todo o mundo a partir de uma superestrutura dinâmica, flexível, que busca o lucro, onde ele esteja ou como quer que tenha sido socialmente produzido. Ele é um visitante noturno, disse Braudel – ou talvez ele tenha querido dizer um ladrão noturno das periferias. Aqui, Braudel tece uma crítica à visão liberal da economia, que associa o capitalismo à livre-concorrência.

Giovanni Arrighi (1996, 2008) também trabalha com um raciocínio em tríade. Além de aproveitar a teoria mais geral de Braudel, principalmente no que tange à estrutura espacial e temporal do sistema mundo, bem como a estratigrafia econômica, as tríades de Arrighi incidem principalmente em um ponto de vista econômico e nomeiam aquilo que Braudel não nomeou, mesmo que tenha percebido sua singularidade. Por exemplo, Braudel definiu o capitalismo, mas não nomeou aquilo que estaria abaixo dessa superestrutura. Para tudo isso, Arrighi conceitualiza como sendo o territorialismo. Nas periferias, existiria um conflito entre capitalismo superestrutural e um “estatismo” (que alguns autores atribuem como sinônimo de territorialismo para Arrighi) abaixo dele (evocando também um raciocínio em hierarquia). Dessa forma, a primeira tríade de Arrighi diz respeito às vias de desenvolvimento diferenciadas do sistema-mundo: determinado território pode orientar-se ao capitalismo, ao territorialismo ou a um híbrido. Assim como em Braudel, duas diferenciações são essenciais: Estado e capitalismo não seriam dimensões correspondentes, mas autônomas e podendo convergir ou divergir, bem como capitalismo e mercado também não são correspondentes.



No que tange ao relacionamento econômico entre centros e periferias, Arrighi novamente nomeia aquilo de que Braudel apenas descreveu a singularidade. Entre os diferentes polos do sistema-mundo, o movimento econômico pode ser extensivo (expansivo), intensivo (aprofundamento das relações sociais locais) ou ainda híbrido. Por fim, assim como para Braudel, além das diferentes temporalidades divididas em longa duração, conjunturas e acontecimentos, haveria subtemporalidades que as preenchem. Além da relação entre permanências e rupturas, haveria também uma dialética histórica, em que o movimento histórico pode ser progressivo, regressivo ou até ambos (preenchendo diferentes fenômenos).

Territorialismo, capitalismo e ciclos sistêmicos de acumulação no centro do sistema-mundo

Arrighi (1996) aproveita a definição de Braudel de capitalismo para compreender a variação conjuntural entre momentos de aceleração da produção e momento de acentuação da financeirização, o que ele chama de ciclos sistêmicos de acumulação. As diferentes vias de desenvolvimento passariam por diferentes conjunturas marcadas por uma fase de expansão material, com conseqüente aumento da concorrência, e uma fase de expansão financeira, em que os grupos econômicos visam a fugir da concorrência através da desindustrialização e a financeirização, mas cuja conseqüência é o caos social. Assim como Braudel havia teorizado, Arrighi nomeia o que seriam esses processos de fugas desse capitalismo flexível e superestrutural, bem como a maneira pelo qual dá-se a captura do capitalismo de diferentes estruturas periféricas do territorialismo, isto é, quando o Estado (periférico) se deixa subjugar.

Uma diferenciação aqui se faz importante do ponto de vista empírico: enquanto, no Atlântico, os Estados periféricos não conseguiram oferecer resistência, valendo lembrar que o sistema capitalista deu preferência às capturas de territórios com comportamento insular ou peninsular, no Oriente, os grandes espaços continentais favoreceram o territorialismo, que conseguiu fazer face ao imperialismo capitalista desde o fim do século XIX e numa crescente. O Brasil constitui, portanto, uma periferia estranha, que terminou por desenvolver aspectos de um sistema territorialista? Vamos adentrar mais detalhadamente a ideia de ciclos sistêmicos de acumulação, capitalismo e



territorialismo para Arrighi, para depois ensaiar algumas relações com a história do Brasil.

Do que se pode depreender da análise de Arrighi, o territorialismo foi a via de desenvolvimento dominante no mundo antigo e medieval, sendo expressivo das políticas econômicas dos impérios em épocas passadas. Muitos impérios procuraram desenvolver seus espaços pela via territorialista: além do chinês, o império otomano, mongol, russo, dos Habsburgos e até o império de Pedro II, no Brasil. O império chinês é o caso paradigmático. Além de sua precocidade, a consolidação da via territorialista explicou sua longa hegemonia sobre suas periferias e sobre o Ocidente (até pelo menos o século XIX).

O império chinês conduziu uma política de desenvolvimento que se esforçou por lidar com um enorme excedente de mão de obra e relativa escassez de capital. Para manter níveis de vida com padrão socialmente aceitável, alocou grandes quantidades de recursos fora dos mercados e sob seu controle direto. Primava-se por fugir da tendência malthusiana (em que a evolução econômica não acompanhava a evolução demográfica) pela via de planejamento burocrático. Arrighi apoia-se no trabalho do economista japonês Sugihara para afirmar que o império vivenciou *uma revolução industrial* ao invés de uma revolução industrial, na tentativa de manter um alto nível de emprego (SUGIHARA, 2003). Na revolução industrial, ao contrário da revolução industrial, não se poderia desenvolver tecnologia substitutiva de mão de obra, desenvolvia-se preferencialmente uma protoindustrialização³ e o alto crescimento populacional teve que ser acompanhado de uma constante *redistribuição* (SUGIHARA, 2003). A reserva de recursos ambientais chinesa deu folga para manutenção deste padrão até pelo menos o século XIX. Por tudo isso, o territorialismo foi marcado pelo crescimento da estrutura burocrática, pelo planejamento centralizado, pela submissão das forças econômicas às forças políticas e, por fim, *pelo controle das rotas terrestres com vistas ao exercício generalizado do poder sobre populações*. Esses processos são pedras angulares da configuração dos impérios. Em resumo, a via de desenvolvimento territorialista se caracteriza pelos seguintes aspectos: desenvolvimento mais pautado em trabalho e menos em concentração de capital, desenvolvimento de pequena propriedade e estruturas econômicas autossuficientes, revolução industrial e não industrial, protoindustrialização, tendência

³ Protoindustrialização é um conceito criado por Frank Mendels para referir-se às fases pré-industrialização, familiar, comunitária etc. (MENDELS, 1972). Pomeranz associou o conceito à lógica do império chinês (POMERANZ, 2013).



à distribuição mais acentuada que à da concentração, planejamento burocrático e centralizado, reserva de recursos ambientais, controle das rotas terrestres (ARRIGHI, 1996, 2008, SUGIHARA, 2003, POMERANZ, 2013).

Assim, a segunda via de desenvolvimento paradigmática abordada por Arrighi é o capitalismo. Enquanto o territorialismo foi a via de desenvolvimento dos impérios na época antiga e medieval, o capitalismo foi a via de desenvolvimento das cidades-Estados e dos Estados nacionais, formas políticas que predominaram no Ocidente e que emergiram na época moderna. Essa via de desenvolvimento transformou a economia-mundo mediterrânea na economia-mundo atlântica a partir do século XVI e depois na economia-mundo capitalista e mundial e possibilitou o crescimento acelerado do PIB no Ocidente (em relação ao Oriente) depois de 1890 (começando a ascensão em 1500) na longa duração. Ao contrário dos impérios que privilegiaram a conquista pela via terrestre, o capitalismo encontrou sua força na apropriação do espaço pela via marítima.

Apoiado em autores de referência, Arrighi subentende o raciocínio de que, como afirmou Schumpeter, desenvolvimento econômico implicava em instabilidade e o equilíbrio chinês atingido em dado momento deu margem ao salto adiante do capitalismo do Ocidente em relação ao Oriente, pois aquele manteve uma instabilidade intrínseca (SHUMPETER, 1988). Assim, essa via de desenvolvimento chegou a um impasse ambiental mais precocemente que a zona mais desenvolvida da China, como o vale do Iangtsé (POMERANZ, 2013), o que deu impulso à solução de suas contradições através de sua expansão (colonial) (HARVEY, 2013). Desenvolveu técnicas econômicas que levavam à manutenção da expansão dos mercados e por uma via exigente em recursos, que passou a ser alimentada pelo imperialismo expansionista.

A instabilidade intrínseca da Europa consistia na contradição entre uma via de desenvolvimento exigente em recursos e seu espaço exíguo (POMERANZ, 2013). Entre as técnicas econômicas que permitiam essa expansão dos mercados para alhures, figuram as bancas e os papéis europeus, onde e pelos quais os grandes comerciantes especulavam sobre o botim das longas viagens (BRAUDEL, 1997). Enquanto as bancas foram as detonadoras de um giro mais rápido de capital, mais à frente, uma outra espiral de progresso foi desencadeada pela exploração das minas de carvão estrategicamente situadas no norte, tendo como consequência o desenvolvimento acelerado da metalurgia na Inglaterra (POMERANZ, 2013). O capitalismo (um fenômeno de reunião de forças de grupos econômicos) subjuguou as forças territoriais europeias (e sua tentativa de



centralização política) e *se apoderou das rotas marítimas como modus-operandi* dessa expansão.

Em resumo, a lógica de controle do capitalismo expressou-se na submissão da política pela lógica do mercado, no planejamento descentralizado, estava a serviço do comércio e a revolução industrial era um fenômeno que privilegiava a produção de mercadorias, a concentração de capital e não sua distribuição, no gasto extensivo de recursos ambientais para manter um crescimento sustentado com base em especulação bancária (ARRIGHI, 1996, 2008, BRAUDEL, 1997, WALLERSTEIN, 2011, POMERANZ, 2013). No presente trabalho, apresentamos a hipótese de que se desenvolve no Brasil mais uma situação de fusão entre o territorialismo e o capitalismo, numa forma híbrida.

Todavia, diferentemente dos Estados Unidos, que internaliza técnicas territorialistas pelos detentores de capital (ARRIGHI, 1996), no Brasil, sugerimos que, supostamente, o capitalismo não pôde subsumir complementarmente o territorialismo (LIRA, 2018) e, ao centro econômico dinâmico localizado em São Paulo e no Rio de Janeiro, no litoral, foi imposta a convivência com uma nova centralidade, um centro político localizado em Brasília, no sertão e no centro geométrico do espaço continental (DROULERS, 2001). A hipótese adotada baseia-se na ideia de que as elites regionais paulistas disputaram a influência do poder central com as forças territoriais, sendo uma delas o exército, sobretudo em 1932, sem poder evitar a proclamação do Estado Novo, que se dizia herdeiro do império de Pedro II.⁴ Esta lógica teria se mantido até pelo menos a década de 1960 (DROULERS, 2001, p. 221-222).

Assim, consideramos que periferias como o Brasil começam a despontar na economia-mundo como unidades híbridas, ora autônomas, com vias de desenvolvimento próprias e territorialismo, ora subjugadas por cima. O próprio Caio Prado Jr desenvolve raciocínio semelhante. A citação espanta pela proximidade com o raciocínio de Braudel:

Isso porque o capitalismo, na sua expressão integral, isto é, com todas as componentes econômicas e sociais que configuram na Europa e nos Estados Unidos, não ocorre no Brasil. O que temos é uma superposição de formas capitalistas que atingiram e

⁴ A relação entre o passadismo imperial e os “autoritarismos” da década de 1930 pode ser bastante complexa. Havia um elogio à monarquia, mas que pode ser entendido mais como contraposição ao período 1889-1930 do que como o estabelecimento de via de desenvolvimento com empréstimos da via de desenvolvimento territorialista. Pelo necessário cuidado que deve se tomar com o tema, apresentamos esse enquadramento neste projeto como uma hipótese a ser testada.



contaminaram mais ou menos profundamente a economia brasileira [...] (PRADO JR., 1954, pp. 71-72).

Assim, nos parece importante salientar que o Brasil parece se desenvolver mais aceleradamente exatamente no momento que de interciclo do capitalismo, quando este processa sua transição hegemônica, dando margem para que o territorialismo ganhe espaço pelo território brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Territorialismo, capitalismo e ciclos sistêmicos de acumulação no Brasil: hipóteses

A escolha da localização da capital no Brasil nos parece um momento paradigmático de conflito entre forças e lógicas capitalistas e territorialistas. No Brasil, um conflito de lógicas parece tomar forma. Uma das primeiras posições sobre a necessidade de mudar a capital do litoral para o interior é de José Bonifácio de Andrade, na ocasião da independência do Brasil de Portugal, em 1822, e a consequente constituição do império. Desde então, vários intelectuais engajar-se-iam no debate sobre a necessidade de mudança da capital. Em 1877, por exemplo, o diplomata imperial Visconde de Porto Seguro publica um “Manual Orgânico” para defender a necessidade de mudança da capital segundo argumentos organicistas (LIRA, 2018). “Marítima ou Interior?” leva como título desse trabalho.

A questão da mudança da capital aparecerá em todas as constituintes pós-Independência do Brasil: 1890, 1934 e 1946, sendo que em 1890 e 1934 predominou a manutenção de uma lógica marítima e, em 1946, o consenso em torno da mudança para o interior é irreversível - sendo a mudança posta como obrigação na Constituição de 1946. Uma leva de expedições é enviada ao Planalto Central entre 1896 e 1898 para a escolha precisa do sítio da capital, capitaneadas por Louis Cruls, geólogo e astrônomo belga.

Anos mais tarde, o debate reaviva-se entre 1941 e 1955 e uma intensa experiência planificadora emerge. Personagens envolvidos nas atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Conselho Nacional de Geografia (CNG) participam de uma segunda leva de expedições levadas a cabo entre 1948 e 1950 para aprofundar os estudos das primeiras expedições e tomar uma decisão definitiva. Esse grupo de



expedicionários vive um conflito e disputa de influência entre o geógrafo francês Francis Ruellan e geógrafo alemão Leo Waibel (PENHA, 1993). Ruellan é um geógrafo mais ligado aos interesses nacionalistas do Estado discricionário capitaneado pelo presidente do Brasil, Getúlio Vargas (algumas dessas questões abrangem também o governo Dutra), enquanto Leo Waibel era um intelectual alemão naturalizado americano que polemiza em torno da *pouca* importância atribuída *ao mercado* e *à propriedade privada* nos planos de colonização do presidente, que doava terras nas Colônias Agrícolas ao invés de vendê-las (WAIBEL, 1961). Por fim, há o parecer de geopolíticos militares que se apoiam em argumentos da geografia física, mais próximos do que fora propugnado por Ruellan. Acreditamos que o conflito entre esses personagens pode ser a expressão de lógicas estruturantes que disputam a condução dos territórios.

O território nacional brasileiro estaria inserido em um modelo de desenvolvimento misto, entre o territorialismo e o capitalismo (LIRA, 2018). Saído de uma revolução, a Revolução de 1930, o Estado brasileiro preparava o processo de colonização do oeste do país através da campanha “Marcha para Oeste”. Adotou como missão migrar a capital do país do litoral para o interior e ocupar-se do conjunto do Brasil, equilibrando a distribuição da população, tentando construir uma vocação interna e tornando o poder central equidistante de suas periferias. Aposta-se aqui que esse movimento se repetirá em diversos momentos da evolução do território brasileiro através do planejamento das cidades interiores, mas que terminarão por serem incorporadas pela lógica capitalista a posteriori do movimento.

Assim, voltando ao caso de Brasília, era um Estado fortemente pressionado pelos interesses de uma elite oligárquica e comerciante situada no leste do país, a ponto de não apenas negociar com ela os planos políticos nacionais, sustentá-la com políticas de subsídios ao café, como em não tocar em interesses constituídos, recusando-se a fazer a Reforma Agrária no leste (PRADO JR, 1944). Esse movimento de resistência incompleto parece ser a razão pela qual a lógica capitalista parece conseguir finalmente capturar a lógica territorialismo *a posteriori*.

Esse possível viés de colonização mista aparece nos planos de estabelecimento do sítio da capital no Planalto Central. O sítio efetivamente escolhido estava localizado em torno dos 15° e 16° de latitude sul e 47° a 49° de longitude oeste, abrangendo uma área de 14.400 km² (VESENTINI, 1986). Representava a junção de afluentes das três principais bacias do Brasil: Amazonas, São Francisco e Paraná, o que dialoga com as lógicas fluviais



de tipo capitalista americano. Porém, era suficientemente distante do ecúmeno populacional brasileiro, afastando-se das forças e dos interesses constituídos dos grupos comerciantes e centralizando a capital no território. A zona escolhida, apesar do potencial ponto de cruzamento, era, àquela altura, uma zona vazia, um grande sertão. Pelo seu isolamento, critério, aliás, conscientemente considerado, a futura capital precisou colocar-se próxima de zonas férteis, que no sertão do Brasil são, via de regra, representadas pelas matas. A proximidade das zonas férteis era um forte sinal de que o Estado brasileiro intencionava construir um mercado interno no sertão a partir de uma lógica de colonização agrícola aparentemente protoindustrial.

O Brasil poderia ser visto como um espaço de circulação de lógicas em disputa, o que terminou por definir uma lógica mista de colonização do território (LIRA, 2018).⁵ Esta é a hipótese que caberá ser testada, uma vez que pode abrir uma outra forma de leitura em paralelo a uma literatura que insere o Brasil numa lógica híbrida de formação capitalista (c.f. NOVAIS, 1981, FURTADO, 1965, PRADO JR., [1945] 1976, MORAES, 1999). Essas obras são anteriores ao momento em que Arrighi definiu os modelos capitalista e territorialista, e acreditamos nos apropriarmos de sua intuição principal, propondo novas abordagens.

No que tange à inserção do Brasil nos ciclos sistêmicos, é impossível que o momento em que o territorialismo, seguido de desenvolvimento econômico, avança no Brasil seja justamente o momento de interciclo das transições hegemônicas do capitalismo na região central do sistema-mundo. Quando o caos mundial predomina na região central, que passar por uma recentragem, parece ser o momento em que o Brasil encontra espaço para seu desenvolvimento econômico e territorial.

Imaginando poder olhar esse processo de planejamento da capital de maneira mais ampla na história do Brasil, e a partir dos vários momentos em que o Estado procurou se interiorizar a partir do planejamento, percebi, através da série histórica publicada pelo IBGE em relação à divisão territorial do país entre 1872 e 2020, que alguns municípios no interior do país destacavam-se, por diminuírem em tamanho, da zona me que estavam inseridos, e, portanto, provavelmente recebiam mais recursos do Estado através de políticas de planejamento. Passei a acreditar que isso estaria relacionado à intervenção do Estado fora da frente pioneira, ou seja, haveria não só uma frente pioneira capitalista, mas

⁵ A constatação dessa lógica mista também está na raiz do raciocínio de dualidade da economia brasileira. (Cf.: RANGEL, [1957], 2012).



oscilando com ela, uma frente pioneira territorialista, a exemplo do que teria acontecido com o planejamento da capital em Brasília. Porém, em momento seguinte, a frente pioneira territorialista passa a ser incorporada pelo movimento de conjunto do território, que reputo ao movimento econômico propriamente capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos são reflexões iniciais, no nível de formulação de hipóteses, que devem ser formuladas consistentemente. Assim, o diálogo entre os pares no XIV Enanpege pode enriquecer esta proposta. Para concluir, temos as seguintes hipóteses em tela: o pensamento social brasileiro pensou o capitalismo no Brasil numa forma estratigráfica e cíclica, de forma que seu instrumental pode ser aproximado ao instrumental dos autores sistêmicos; capitalismo e territorialismo avançam no Brasil segundo os ciclos e interstícios de transição hegemônica do capitalismo no centro da economia-mundo; a dinâmica de escolha da localização da capital pode corresponder a um padrão de avanço territorialista, uma frente pioneira territorialista; mas, por sua ausência de radicalidade política, a dinâmica capitalista volta a avançar sobre o espaço controlado pelo Estado, incorporando à zona econômica capitalista. É possível que esse padrão de dinamismo territorial se inicie após a independência, no império, e se prolonga ao século XX. As dinâmicas territoriais do século XXI precisariam de formulações de outras hipóteses, pois é a primeira vez que se anuncia como cidade global da economia mundo uma economia de mercado de regime socialista.

REFERÊNCIAS

Fontes cartográficas:

Série histórica do IBGE: divisão territorial do Brasil, 1872-2020, escala municipal.

Bibliografia:



- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G. **O Longo século XX**. Rio de Janeiro, São Paulo: Contraponto, Unesp, 1996.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DROULERS, M. **Géohistoire du Brésil**. Paris: PUF, 2001.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ALVES DE LIRA, L. de. **Epistemologias tropicais do planejamento territorial brasileiro como antecedentes da escola da localização da capital do Brasil: a etapa das expedições (1941-1948)**. Relatório de pesquisa de pós-doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.
- MENDELS, F. F. Proto-industrialization: The First Phase of the Industrialization Process. **Economic History Review**, 1972.
- MORAES, A. C. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PENHA, E. A. **A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.
- POMERANZ, K. **A Grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna**. Lisboa: edições 70, 2013.
- PRADO JR, C. [1945]. **História econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1976.
- PRADO JR, C. Problemas de povoamento e a pequena propriedade. **Boletim Geográfico**, v.1, n. 12, mar, 1944.
- PRADO Jr. **Diretrizes para uma política econômica brasileira**. São Paulo: Urupês, 1954.
- RANGEL, I. [1954] O desenvolvimento econômico no Brasil. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- RANGEL, I. [1957]. Dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- RANGEL, I. [1955] Introdução ao desenvolvimento econômico. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1988.
- SUGIHARA, K. The East Asian path of economic development: a long-term perspective. In: ARRIGHI, G., HAMASHITA, T., SELDEN, M. **The resurgence of East Asia : 500, 150 and 50 years perspectives**. London: Taylor & Francis Group, 2003.
- VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. Les genres de vie en géographie humaine. **Annales de Géographie**, 112, 1911, pp. 289-304.
- WAIBEL, L. Determinismo geográfico e geopolítica. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 164, 1961.
- WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System I: Capitalism Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2011.